



Relatório de Cuba sobre a Resolução 60/12 da
Assembléia Geral das
Nações Unidas.

“Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico,
comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da
América contra Cuba”

Julho 2006

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	3
<u>1. Recrudescimento do bloqueio por parte dos Estados Unidos</u>	8
<u>1.1 Ações desenvolvidas contra Cuba.</u>	8
<u>1.2 Assédio, ameaças e sanções a pessoas, instituições e ONGs</u>	9
<u>1.3 Oposição ao bloqueio dentro dos Estados Unidos</u>	11
<u>2. A extraterritorialidade na política do bloqueio</u>	13
<u>2.1 Perseguição e ações punitivas contra os ativos financeiros cubanos</u>	14
<u>2.2 A extraterritorialidade em outros setores</u>	16
<u>2.3 Afetações ao comércio exterior.</u>	18
<u>2.4 A Seção 211 da Lei de Ônibus de Verbas Consolidadas Suplementares e de Emergência dos Estados Unidos de 1999 e as novas agressões no tema das marcas.</u>	20
<u>3. Afetações a diversos setores econômicos e sociais.</u>	21
<u>3.1 Afetações nos setores de maior impacto social e outros.</u>	22
<u>3.2 Afetações a outros setores da economia nacional</u>	27
<u>3.3 Prejuízos ocasionados ao intercâmbio acadêmico, científico, cultural e desportivo entre o povo cubano e o povo norte-americano.</u>	29
<u>4. Efeitos do bloqueio para a economia estadunidense e para esse povo e outros povos do mundo.</u>	31
<u>5. Novas medidas contra a soberania de Cuba e de terceiros países que afetam ao povo e à economia cubana.</u>	35
<u>CONCLUSÕES</u>	40

INTRODUÇÃO

O genocida bloqueio imposto pelos Estados Unidos contra Cuba durante mais de quatro décadas, e recrudescido durante os últimos anos, tem sido condenado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 14 ocasiões consecutivas de maneira praticamente unânime. No ano passado, 182 Estados exigiram o fim e rejeitaram novamente sua aplicação extraterritorial, em defesa dos princípios e das normas do Direito Internacional.

O Governo dos Estados Unidos continua desprezando esses reclamos e reforça cada vez mais o arcabouço de medidas e leis que visam a destruição da Revolução Cubana e a negação ao seu povo do desfrute de seu direito à livre determinação. Convém lembrar que o apetite e os anseios de dominação dos Estados Unidos sobre Cuba têm a sua origem desde o aparecimento mesmo da União Americana.

Desde então, realizaram inúmeros esforços por conseguirem a anexação de Cuba, através das mais variadas vias: desde fracassadas tentativas de compra, passando pelo estímulo e apoio às forças dentro da colônia espanhola, até a intervenção e a ocupação militar direta.

Sucessivos governos norte-americanos no século XIX nunca reconheceram à República de Cuba em armas. Tudo o contrário, travaram e interromperam sempre que puderam o apoio que seu povo e os cubanos emigrados nesse país ofereceram à causa redentora.

A intervenção militar norte-americana em 1898 arrebatou aos cubanos o direito a serem livres. O atributo de soberania, tão merecido depois de 30 anos de batalha desigual contra o colonialismo espanhol, foi negado ao povo cubano mediante a imposição de uma caricatura de república submetida à tutela humilhante de um apêndice constitucional – conhecido como Emenda Platt – mediante o qual o nascente império estadunidense arrogava-se o reconhecimento de sua potestade para invadir e ocupar militarmente a Cuba quando Washington o considerasse oportuno.

Durante mais de meio século, as administrações estadunidenses submeteram ao povo cubano a sua dominação neocolonial e à exploração do patrimônio nacional por seus monopólios, graças à cumplicidade e submissão de sucessivos governos e à imposição de ditaduras militares brutais, cada vez que foi necessário silenciar com sangue as justas reivindicações e a covicção antiimperialista do povo cubano.

Com a profunda revolução social realizada pelo povo cubano a partir de 1959, os círculos de poder nos Estados Unidos perceberam rapidamente o exemplo da Revolução Cubana como um claro desafio a sua pretendida dominação hemisférica e global. Sucessivas administrações republicanas e democratas têm sustentado e

recrudescido com o passar dos anos, uma guerra não declarada, destinada a voltar a impor o seu férreo controle sobre os destinos da nação cubana.

Numa data tão precoce como em 12 de fevereiro de 1959 começaram as ações que visavam esse objetivo. A primeira delas foi a não devolução a Cuba de 424 milhões de dólares das reservas do Banco Nacional, roubados por cabecilhas da ditadura batistiana em sua debandada e depositados nos bancos do país que lhes acolheu e lhes deu impunidade.

Umhas semanas depois, num memorando do Departamento de Estado datado em 24 de junho, o Secretário de Estado Christian Herter definiu essas “ações iniciais” como “medidas de guerra econômica”.

Noutro documento datado em 6 de abril de 1960, a determinação imperialista de exterminar o povo de Cuba foi mais evidente. No mesmo afirma-se que “deve utilizar-se rapidamente qualquer meio concebível para enfraquecer a vida econômica de Cuba [...] com o objetivo de provocar fome, desesperação e o derrocamento do governo”.

Esse foi sempre o declarado propósito e o fio condutor da política genocida aplicada contra Cuba por sucessivos governos dos Estados Unidos e imposta a três gerações de cubanos. Sob essa política nasceram e têm vivido toda a sua vida, as duas terceiras partes da população cubana atual. Os cubanos têm que padecer, sobreviver e desenvolver-se nas condições extremamente difíceis que lhes impõe a única superpotência visando com essa política o aniquilamento da resistência e o exemplo de dignidade e soberania da nação cubana.

Dez administrações praticaram esta guerra econômica que viola o direito e a moral e obrigaram outros Estados a submeter-se à referida política. Ameaçaram e reprimiram cidadãos dos Estados Unidos e de outros países.

Em virtude do bloqueio, entre outras restrições, Cuba não pode exportar nenhum produto para os Estados Unidos, nem importar desse país nenhuma mercadoria; também não pode comerciar com filiais de companhias norte-americanas em terceiros países; não pode receber turismo norte-americano; não pode utilizar o dólar nas suas transações com o exterior; não tem acesso aos créditos, nem pode realizar operações com instituições financeiras multilaterais, regionais e estadunidenses, nem pode realizar operações com elas; e os seus navios e aeronaves não podem tocar território norte-americano.

O Governo norte-americano aplica cada vez com maior rigor as disposições com efeito extraterritorial do bloqueio, impondo severas restrições ao comércio internacional, quadro no qual aumenta o assédio às operações comerciais que de alguma maneira poderiam estar vinculadas a Cuba.

Interminável seria a lista de exemplos que sustentam na prática este permanente propósito, que tem motivado todo tipo de regulação, lei ou plano aprovado pelo Governo dos Estados Unidos contra Cuba, entre os que se salientam a Lei Torricelli (1992), a Lei Helms-Burton (1996) e as versões sucessivas e complementares do Plano para a Anexação de Cuba, formuladas pela mal chamada “Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre” – criada pelo Presidente Bush com o objetivo de destruir o sistema político, econômico e social apoiado pelo povo cubano.

O ex Secretário de Estado, Colin Powell, primeiro presidente da referida comissão, ao ser perguntado sobre a política para Cuba, disse que o uso de armas tais como “isolamento, sanções e pressões” precedia às opções militares; embora esclarecesse que “por vezes não existe outra solução apropriada que não seja o uso da força militar”.

O brutal e inumano cerco tendido pelo Governo dos Estados Unidos contra a economia e a sociedade cubanas, afeta todas e cada uma das áreas e domínios de atividades do país. Este relatório analisa as principais afetações ao povo cubano no período que abrange entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

Muitas dessas afetações são o resultado da estrita aplicação das agressivas e adicionais medidas apresentadas no referido Plano para a Anexação de Cuba, incluída a ameaça do uso da força militar e a perseguição de cidadãos e empresas não só cubanas, mas também dos Estados Unidos e do resto do mundo.

A perseguição e represálias contra cidadãos e empresas dos Estados Unidos e do resto do mundo foram numerosas. Recrudescer-se o acosso financeiro contra qualquer operação econômica e comercial cubana nos mais diversos mercados; aumentaram as proibições e restrições às viagens, ao envio de remessas e à troca acadêmica nos diferentes domínios e agravaram-se as ações punitivas contra os investimentos e o turismo em Cuba.

O desempenho da mal chamada “Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre”, cujo primeiro relatório foi aprovado pelo presidente estadunidense a 6 de maio de 2004, foi acompanhado de uma escalada desenfreada e irracional na aplicação da política de bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba. A perseguição e a repressão contra todos aqueles que tenham qualquer vínculo com Cuba nas mais diversas regiões do mundo alcançaram níveis sem precedentes.

Em dezembro de 2005, a Secretária de Estado, Condolezza Rice, que substituiu Colin Powell na direção da comissão anticubana criada pelo presidente Bush, anunciou medidas adicionais para tornar mais efetivo o negativo impacto das ações cumpridas em virtude da primeira versão do Plano para a Anexação de Cuba.

Em 10 de julho de 2006 foi apresentado pela administração Bush a segunda versão do plano anti-cubano produzido pela comissão. Nele identificam-se novas medidas que significam mais sanções econômicas, mais perseguição à atividade das

empresas cubanas, maiores represálias contra os que comerciam com Cuba e uma escalada sem precedentes no apoio financeiro e material às ações encaminhadas ao derrubamento da ordem constitucional cubana.

No novo relatório da comissão, que confirma e alarga a versão de 2004, recomenda-se entre outras medidas, a criação de uma Força de Tarefa Inter-agências específica para a perseguição do níquel cubano; o reforçamento do Grupo de Perseguição de Ativos Cubanos; a proibição de vendas a Cuba de equipamentos médicos para uso em programas de atendimento a estrangeiros em grande escala como a cooperação internacional em cirurgia oftalmológica conhecida como “Operação Milagre”, na formação de médicos ou na ajuda a outros países no caso de desastres; a imposição de sanções às empresas que cooperem na exploração e produção de petróleo e iniciar a aplicação do Título III da Lei Helms-Burton aos países que supostamente apóiem a Cuba, o que permitiria abrir processos nas cortes estadunidenses contra companhias e cidadãos de terceiros países.

Nesta ocasião o relatório inclui uma cláusula secreta, com recomendações, que ainda não foram publicadas, de supostas razões de “segurança nacional e execução efetiva”. O povo cubano conhece perfeitamente e tem sofrido durante mais de quatro décadas as brutais conseqüências deste tipo de medidas e de ações “encobertas” como as que hoje oculta a comissão anticubana. Estas propostas “secretas” incluíram desde agressões militares mercenárias e ações terroristas, até centenas de planos de assassinato do Presidente Fidel Castro e outros líderes cubanos.

Como foi demonstrado de maneira reiterada, o bloqueio qualifica como um **ato de genocídio**, em virtude da alínea (c) do artigo II da Convenção de Genebra para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio, de 9 de Dezembro de 1948 e um **ato de guerra econômica**, de acordo com o estabelecido na Conferência Naval de Londres desde 1909. Constitui também um **componente essencial da política de Terrorismo de Estado** desenvolvida de maneira sistemática e inumana, por parte do Governo dos Estados Unidos contra a população cubana sem distinção de sexo, idade, raça, crença religiosa ou posição social.

O prejuízo econômico direto causado ao povo cubano pela aplicação do bloqueio, partindo de premissas de análise extremamente conservadoras, ultrapassa **86, 108 bilhões de dólares**; uma média de 1 832 milhões de dólares anuais. Essa cifra não inclui os prejuízos diretos provocados a objetivos econômicos e sociais do país pelas sabotagens e atos terroristas alentados, organizados e financiados desde os Estados Unidos e que ultrapassam a cifra de mais de 54 bilhões de dólares, nem o valor dos produtos deixados de produzir ou os danos derivados das onerosas condições creditícias que lhe são impostas a Cuba.

No último ano, o dano econômico direto causado aos cubanos pela aplicação do bloqueio ultrapassou a cifra de **4, 108 bilhões de dólares**.

PREJUÍZO DIRETO OCACIONADO PELO BLOQUEIO DOS ESTADOS UNIDOS ACUMULADO ATÉ 2005.

- em Milhões de dólares estadunidenses –

Receitas deixadas de receber por exportações e serviços	39, 427.5
Perdas por recolocação geográfica do comércio	19,592.0
Afetações à produção e aos serviços	2,866.2
Bloqueio tecnológico	8, 483.2
Afetações aos serviços à população	1,565.3
Afetações monetário-financeiras	8,640.2
Impacto do roubo de cérebros	5,533.8
Total das afetações pelo bloqueio dos Estados Unidos	86,108.2

No ano 2005 pelo menos 38 países foram afetados pelas disposições extraterritoriais da política de bloqueio contra Cuba.

As multas aplicadas pelo Escritório de Controle de Ativos Cubanos (Office of Foreign Assets Control “OFAC”) aos cidadãos estadunidenses por viajar a Cuba e comprar artigos cubanos incrementaram-se 54%. O ano passado o número de cubanos residentes nos Estados Unidos que viajaram a Cuba diretamente desde esse país diminuiu 54% se comparado com 2003, ano no qual ainda não eram aplicadas as restrições adicionais estabelecidas a partir do dia 30 de junho de 2004.

No primeiro semestre de 2006, 73% dos vistos solicitados por funcionários cubanos para viajar aos Estados Unidos por diferentes motivos de trabalho não foram outorgadas pelo Departamento de Estado.

Só para o ano fiscal 2006, o Governo dos Estados Unidos destinou mais de 37 milhões de dólares para as transmissões ilegais de rádio e televisão para Cuba com o objetivo de incentivar a subversão interna. Esta cifra significou um incremento de aproximadamente 10 milhões de dólares se comparado com o que foi aprovado no mesmo período de 2004 e poderá ser incrementada a partir das ações propostas na segunda versão do Plano para a Anexação de Cuba.

1. Recrudescimento do bloqueio por parte dos Estados Unidos

1.1 Ações desenvolvidas contra Cuba.

- Em 2 de junho de 2005, o Chefe do Escritório de Assuntos Cubanos do Departamento de Estado, Kevin Whitaker, indicou que a “Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre”, conseguiu avanços muito importantes nas tarefas definidas e programam-se mais para o futuro. Precisou que desde agosto de 2004 diminuíram as viagens dos norte-americanos, reduziram-se as receitas do país em quase 60% e tem-se realizado vôos semanais para as transmissões de televisão, que como é conhecido, estão encaminhadas a fomentar a subversão interna, violando os acordos internacionais sobre o uso do espaço radioelétrico.
- Em 27 de julho de 2005, o então Secretário Assistente de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roger Noriega, destacou cinicamente o outorgamento de 8 milhões 900 mil dólares para o 2005 e 15 milhões de dólares para o ano 2006 visando a implementação das recomendações da “Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre”.
- Em 11 de agosto de 2005, o Departamento de Justiça deu a conhecer que a Comissão de Reclamações de Propriedades Estrangeiras estabeleceu um segundo programa sobre Cuba para as corporações e cidadãos norte-americanos que têm novas reclamações contra o Governo cubano por propriedades nacionalizadas depois do fechamento do programa anterior no dia 1º de maio de 1967.
- Em 4 de outubro de 2005, o Bureau de Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado publicou uma nota informativa sobre as principais iniciativas desenvolvidas pela Administração Bush no continente americano, entre as que se incluiu a adoção de uma nova política para denegar os vistos de trabalho nos Estados Unidos aos artistas cubanos, cujas atividades – segundo o relatório – reportariam benefícios financeiros ao “regime de Castro”. Obstaculizou-se ainda mais o intercâmbio cultural entre os dois povos.
- Em outubro de 2005, Caleb Mc Carry, nomeado pelo Departamento de Estado como “Coordenador para a transição em Cuba” e que na prática é o pretendido pro-cônsul para a “mudança de regime” na Ilha, exprimiu que nos meses depois da aplicação do Plano para a Anexação de Cuba, o “recrudescimento do embargo econômico provocou perdas ao regime de Castro por um montante de 500 milhões de dólares”.
- Em 27 de janeiro de 2006, a OFAC iniciou um processo de auditorias a agências de viagem que trabalham o destino Cuba, visando impor um verdadeiro clima de terror e recrudescer ainda mais a aplicação das proibições de viagens. A porta-voz da OFAC, Molly Millerwise, anunciou que esse

Escritório realizaria aproximadamente 25 auditorias semelhantes anualmente, “para ter a certeza que os fornecedores de viagens cumpram, ao pé da letra, com o que está estabelecido, educá-los na necessidade de manter as restrições vigentes e fortalecer as disposições da OFAC para o cumprimento do programa de sanções contra Cuba”. Foram revogadas as licenças de operação a várias agências.

- Em 13 de fevereiro de 2006 começaram a vigorar novas regulações da OFAC sobre o regime de multas aplicável às instituições bancárias que violem a legislação norte-americana sobre sanções contra diferentes países, incluída Cuba. Os transgressores podem ser alvos de investigação civil, avaliação pela OFAC da conduta violatória ou inquérito penal ou julgamento. Embora que esta medida não modifica em essência as regulações vigentes, pressiona os bancos para o cumprimento das disposições sobre o bloqueio.
- Em 4 de maio de 2006, a representante anticubana Ileana Ros-Lehtinen (R-FL), fiel representante da máfia anticubana, apresentou o projeto de lei H.R. 5292 “Para não admitir nos Estados Unidos estrangeiros que realizaram investimentos que ajudem a ampliar a capacidade de Cuba para desenvolver os seus recursos petrolíferos e para outros fins”. O projeto propõe a proibição de créditos bancários, de licenças específicas ou licenças de exportação e a não concessão de empréstimos às companhias estrangeiras que realizem investimentos neste setor avaliados em 1 milhão de dólares ou mais.
- Em 11 de maio, o representante da máfia anticubana no Senado estadunidense, Mel Martinez (R-FL), introduziu o projeto de lei S.2795, com igual título e texto semelhante ao H.R. 5292 apresentado pela representante Ros-Lehtinen (R-FL) com uma semana de antecedência.

1.2 Assédio, ameaças e sanções a pessoas, instituições e ONGs

Recrudesceram-se a perseguição e as sanções aos cidadãos e às empresas, especialmente às agências de viagens que foram objeto de auditorias e de sanções. Aliás, intensificaram-se as pressões contra organizações religiosas, acadêmicas e Organizações não governamentais norte-americanas com o objetivo de impedir o desenvolvimento de seus vínculos e intercâmbios com seus homólogos em Cuba.

Durante o ano 2005, a OFAC, alegando a violação de diferentes regulações do bloqueio contra Cuba, impôs multas a 8 companhias e instituições bancárias por um montante total de 44 mil 225 dólares. Além disso, aplicou multas pela violação do bloqueio e especificamente às regulações sobre as viagens a Cuba, a 487 cidadãos ou residentes dos Estados Unidos, por um montante total de 529 mil 743 dólares, o que representa um incremento se comparado com 2004, ano no qual

foram multadas 316 pessoas por um montante de 497 mil 780 dólares.

Perseguição e represálias aplicadas a cidadãos e empresas

- Em 12 de outubro de 2005, a OFAC informou que seis cidadãos norte-americanos foram multados por viajarem a Cuba violando as regulações do bloqueio por um montante de 8 mil 875 dólares. Quatro dos cidadãos foram multados pelo simples fato de alojar-se, transportar-se e comprar alimentos e bebidas no país. Os outros dois foram sancionados por introduzirem mercadorias cubanas nos Estados Unidos; cláusula essa aplicada inclusive àqueles que ingressem no território estadunidense com uma simples garrafa de rum ou um charuto cubano.
- Na mesma data, a companhia Archer Daniels Midland (ADM) foi multada por 13 mil 750 dólares a partir de supostas violações das regulações do bloqueio contra Cuba que teriam sido cometidas entre fevereiro e março de 2000. Segundo a OFAC, a companhia Finora Canadá, Ltd., uma subsidiária propriedade da ADM sediada no Canadá, assinou contratos com uma entidade do Governo cubano e realizou transações de exportação.
- Em 3 de janeiro de 2006, a OFAC informou que foram multados quatro cidadãos norte-americanos por um montante de 4 mil 200 dólares como resultado de suas viagens a Cuba e de ter realizado atividades próprias de um turista no país.
- Em janeiro de 2006, a OFAC enviou ao Serviço de Administração Tributária do México (SAT) sua “lista negra” atualizada, na qual solicita bloquear as contas de empresas e pessoas vinculadas ao narcotráfico, ao financiamento do terrorismo e ao governo cubano, alegando que o Departamento do Tesouro identificou no México nove empresas e nove pessoas vinculadas ao governo cubano.
- Em fevereiro de 2006, a OFAC informou que foram multadas três pessoas por um montante de 3 mil dólares, a partir de supostas transações referidas às viagens, além de importar bens proibidos procedentes de Cuba.
- Em abril de 2006, como parte do programa de auditorias *in situ* que vem aplicando a OFAC às agências de viagens que trabalham o destino Cuba, 26 delas perderam a permissão para oferecer viagens à Ilha no mês de março e até agora a lista abrange 16 agências, quatro delas por considerar que realizaram “violações flagrantes” das condições estabelecidas em suas licenças, designadamente: Baby Envios Travel, Fortuna Travel Services,

Cubatur Express e La Estrella de Cuba.

- No final de maio de 2006, a OFAC revogou a licença de três das principais agências de viagens e remessas a Cuba, designadamente: La Perla del Caribe, Transeair Travel e Uno Remittance Inc.; esta última especializada no envio de remessas familiares.

Pressões a organizações religiosas, acadêmicas e Organizações não governamentais norte-americanas

- Em julho de 2005, funcionários do Departamento de Alfândega e Proteção das Fronteiras, confiscaram as 43 caixas com computadores que seriam doados às crianças cubanas como ajuda humanitária pelos caravanistas de Pastores pela Paz, organização inter-religiosa norte-americana, impedindo que esses computadores chegassem a seu destino final.
- Em 22 de novembro de 2005, o Departamento do Tesouro negou a renovação da licença para viajar a Cuba ao Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos.
- Em dezembro de 2005 foi denegada a licença requerida pela ONG norte-americana USA/CubaInfoMed ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos para doar 126 computadores que se utilizariam em centros docentes e assistenciais, na coleta e análise de informação e para ministrar aulas pela TV em cinco hospitais do sistema de saúde pública em Cuba.
- No ano 2005, recrudescceu-se a política de rejeitar o outorgamento de licenças às universidades estadunidenses para o desenvolvimento de ações acadêmicas em Cuba. Destaca-se o caso da Universidade de Harvard, à qual lhe negaram em duas ocasiões as licenças para trazer grupos de estudantes de pós-graduação com o objetivo de realizar investigações em Cuba. Deve salientar-se que tais ações em teoria estavam permitidas dentro das draconianas medidas adotadas a partir de 2004, mas não foram concedidas as licenças correspondentes pela OFAC.
- Centenas de membros da Brigada Venceremos e a Organização Pastores pela Paz foram ameaçados pelas autoridades federais estadunidenses que seriam multados por realizar viagens a Cuba.

1.3 Oposição ao bloqueio dentro dos Estados Unidos

Apesar das fortes pressões e medidas adotadas, do incremento dos fundos federais para esses fins e do recrudescimento da agressividade do lobby anticubano que desenvolve a máfia terrorista de Miami em cumplicidade com as personagens da política de agressividade e de anexação de Cuba dentro dos círculos de poder estadunidenses, as vozes que promovem mudanças na política para Cuba nos Estados Unidos não puderam ser silenciadas. Entre os ativistas da mudança aparecem destacadas personalidades políticas, setores empresariais, governos estaduais, líderes religiosos e organizações não governamentais que se manifestam abertamente contra o bloqueio.

Em 21 de julho de 2005, o Comitê de Verbas da Câmara de Representantes do Congresso dos Estados Unidos, aprovou uma emenda à “Lei de Verbas para os Departamentos de Transportes, Tesouro e Habitação, ano 2006”, que proíbe o uso dos fundos alocados para administrar ou implementar a medida da OFAC, de 22 de fevereiro de 2005, que reinterpreto de forma restritiva o conceito de pagamento com antecedência para as compras de alimentos de Cuba aos Estados Unidos. Esta proposta, que também foi aprovada no Senado, não se converteu em Lei, dada a ameaça de veto do Presidente Bush.

Em 30 de junho de 2005 o líder da minoria democrata do Comitê de Finanças do Senado emitiu um comunicado de imprensa, ratificando a sua posição de bloquear qualquer nomeação para altos cargos do Departamento do Tesouro, se a Administração continuar impondo restrições ao comércio com Cuba.

Em 8 de julho de 2005, como mostra do crescente interesse dos setores estadunidenses na normalização das relações comerciais entre os dois países, a Associação Comercial EE.UU.-Cuba enviou uma carta assinada por 62 associações nacionais, organizações e companhias agrícolas sediadas em 20 estados, a mais de 20 senadores, incluindo aos membros do Comitê de Verbas, na qual os exortava a atuarem para flexibilizar as restrições impostas às vendas de produtos agrícolas a Cuba.

Entre os dias 1º e 5 de novembro de 2005, viajaram a Cuba 360 empresários de 30 estados dos Estados Unidos para participarem na Feira Internacional de Havana em representação de 169 companhias. A este evento também assistiram diferentes autoridades estaduais.

A 3 de março de 2006, 105 congressistas enviaram uma carta ao Secretário do Tesouro questionando as medidas desse Departamento para “deter as possibilidades de várias organizações religiosas de viajarem a Cuba”. Alguns dias depois, importantes líderes religiosos norte-americanos remeteram comunicações à Secretaria de Estado e ao Secretário do Tesouro nas que “exprimem sua profunda oposição à nova política da OFAC de negar a renovação de licenças às igrejas nacionais e às agências ecumênicas para viajar a Cuba” e para exigir que sejam respeitados os direitos que a esse respeito eles tinham durante muitos anos.

Em 29 de março de 2006, o Conselho da Cidade de Detroit aprovou a “Resolução para apoiar os Cinco”, que além de pedir a libertação dos Cinco Heróis cubanos presos injustamente em cárceres norte-americanos, exigiu o fim do bloqueio, a restituição dos direitos de viagem e o comércio com Cuba e a extradição para a Venezuela do arquiconhecido terrorista Luis Posada Carriles.

Em 6 de abril de 2006, a Legislatura estadual de Alabama aprovou a Resolução Conjunta HJR “Urgindo ao Congresso a eliminar as restrições de comércio, viagens e financeiras contra Cuba”.

Em 13 de abril de 2006, realizou-se em Orlando, na Flórida, o seminário “Fazendo negócios em Cuba”, ao qual assistiram 54 representantes de companhias norte-americanas interessadas em iniciar ou incrementar o comércio com a Ilha. O evento foi organizado pela Associação Comercial EE.UU. – Cuba (USCTA), com o objetivo de constituir oficialmente o seu capítulo na Flórida.

Durante a 29 Conferência Legislativa Anual do Caucus Nacional de Legisladores Estaduais Negros (NBCSL), foi aprovada uma Resolução que “demanda ao Presidente Bush o levantamento do embargo contra Cuba e solicita o restabelecimento de relações diplomáticas com o nosso país”.

Em 11 de maio de 2006, apresentou-se no Senado o projeto de Lei S.2787, “Lei de Segurança Energética no Hemisfério Ocidental 2006”, que permite aos cidadãos norte-americanos ou estrangeiros residentes permanentes nos Estados Unidos participar na exploração de hidrocarbonetos em qualquer parte da zona marítima econômica exclusiva estrangeira, contígua à zona econômica exclusiva dos Estados Unidos; exportar, sem precisar de licenças, todos os equipamentos necessários para a exploração e extração de hidrocarbonetos e viajar desde e dentro de Cuba a pessoas vinculadas às referidas atividades.

Esse mesmo dia foi introduzido na Câmara de Representantes o projeto de lei H.R.5353, “Lei de segurança energética no Hemisfério Ocidental”, que também demanda a flexibilização do bloqueio em matéria de restrições às viagens e aos investimentos vinculados ao setor energético em Cuba.

Apesar do incremento nas restrições às viagens, o Governo dos Estados Unidos não tem podido frear o interesse de muitos representantes políticos, homens de negócios, religiosos e de outras áreas de visitar o nosso país e ter um intercâmbio franco e aberto, baseado no respeito mútuo. No período que abrange este relatório, visitaram Cuba 2 Governadores, 1 Vice-governador, 1 Senador, 1 Representante, 2 assistentes congressionais, várias personalidades estaduais e mais de 360 homens de negócios representando a mais de 30 Estados.

2. A extraterritorialidade na política do bloqueio

Durante o período continuaram as afetações aos Estados, cidadãos e empresas

de terceiros países em consequência da aplicação extraterritorial das leis do bloqueio contra Cuba. Essa política proíbe:

- Que subsidiárias norte-americanas sediadas em terceiros países possam levar a cabo qualquer tipo de transacção com empresas cubanas.
- Que empresas de terceiros países exportem para os Estados Unidos produtos de origem cubana, ou produtos que contenham alguma matéria-prima dessa procedência.
- Que empresas de terceiros países vendam a Cuba bens ou serviços, cuja tecnologia contenha mais de 10% de componentes estadunidenses, ainda que seus proprietários sejam nacionais desses países.
- A entrada a portos estadunidenses de navios que transportem produtos desde ou para Cuba independentemente do país de matrícula.
- Que bancos de terceiros países abram contas em dólares norte-americanos a pessoas jurídicas ou naturais cubanas, ou que realizem transacções financeiras nessa moeda com entidades ou pessoas cubanas.
- Que empresários de terceiros países realizem investimentos ou negócios com Cuba, que estejam relacionados com propriedades vinculadas às reclamações de cidadãos estadunidenses ou que havendo nascido em Cuba, adquiriram essa cidadania.

O incumprimento destas disposições implica a imposição de severas multas e sanções por parte do Governo dos Estados Unidos.

2.1 Perseguição e ações punitivas contra os ativos financeiros cubanos

Com as novas regulamentações adotadas pela OFAC a inícios de 2006 visando a materialização de seu acoso financeiro aos ativos cubanos, padronizou-se através dos órgãos reguladores bancários dos Estados Unidos a aplicação de sanções a terceiros que violem as suas disposições.

No período que abrange este relatório, constata-se um significativo incremento das pressões sobre bancos estrangeiros para que cessem suas relações de correspondência com bancos cubanos. Estas ações de carácter extraterritorial estão encaminhadas fundamentalmente aos bancos que tem mantido relações estáveis com entidades cubanas. Exemplos dessas ações são:

- Em outubro de 2005, a Union Bank of Switzerland (UBS) cessou o serviço que oferecia de conta corrente em dólares e em francos suíços ao sistema bancário cubano e começaram a rejeitar todas as operações com os Bancos do país, pelo temor de ser alvo de novas

sanções estadunidenses.

- Em setembro de 2005 o Banco HSBC de Londres, decidiu unilateralmente fechar a conta em dólares que o Banco Metropolitano mantinha com eles. A sucursal do referido banco no Canadá, devolveu os pagamentos por montantes de um milhão de dólares canadenses e 819 mil 900 euros enviados através do Banco Internacional de Comércio S.A. (BICSA), alegando as regulamentações anti-cubanas da OFAC. Este próprio Banco não processou, em fevereiro de 2006, uma transferência de 15 mil 500 dólares canadenses para Cuba pelas mesmas razões.
- Em 7 de novembro de 2005, o Natexis Banques Populaires, da França, informou ao Banco Internacional de Comércio S.A. (BICSA) que não estava em disposição de avisar uma carta de crédito não confirmada por um montante de 903 mil 900 dólares, pagadoura em euros, o que provocou a cancelação do crédito e sua transferência para outro banco.
- O Republic Bank, cuja casa matriz está sediada em Trinidad e Tobago, informou mediante uma ligação ao BICSA que não estava disposto a continuar tramitando os pagamentos que Cuba realiza aos agricultores dos Estados Unidos, produto das vendas desse país à Ilha, o que afeta as transferências que realiza a empresa importadora cubana ALIMPORT aos exportadores norte-americanos sob pagamentos devidamente autorizados mediante licença.
- Em 21 de fevereiro de 2006, o Deutsche Bank Trust Company Americas de Nova York, confiscou um envio de 330 dólares depositados no Union National Bank de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, a favor de uma cidadã cubana, com o objetivo de realizar trâmites de requerimento de passaporte na Embaixada de Cuba no Egito, alegando as disposições do bloqueio.
- Em fevereiro de 2006, a companhia argentina FURBIA INTERNATIONAL S.A. (Exportação-Importação) foi obrigada a fechar suas contas bancárias no Discount Bank no Uruguai, bem como as existentes nos Estados Unidos mediante as quais operou durante mais de 35 anos. Isto aconteceu por ordens instruídas à entidade bancária desde a casa matriz sediada nos Estados Unidos. Alegou-se que o nome do Presidente da companhia estava registrado na Lista de Nacionais Especialmente Nomeados, como resultado de seus tradicionais vínculos comerciais com Cuba.
- Em março de 2006, a filial jamaicana do Banco de Nova Escócia do Canadá, comunicou à Embaixada de Cuba na Jamaica que não poderia manter a conta dessa Missão nem realizar transferências de fundos em dólares estadunidenses, em grosseira violação da legislação jamaicana

e a do Canadá. Neste último país vigora a Lei sobre Medidas Extraterritoriais Estrangeiras (FEMA), que visa a proteção das companhias canadenses das disposições extraterritoriais da Lei Helms-Burton.

- Uma transferência bancária por um montante de 2 mil 154 euros, realizada pelo NEDBANK (Banco namibiano-sul-africano) em nome da empresa cubana PESPORT, do Ministério da Indústria Pesqueira, em virtude das operações realizadas com a empresa namibiana DRAGNAM, foi retida por um banco norte-americano.
- A equipe de pesquisa “Grupo de Ecologia das Aves” da Faculdade de Biologia da Universidade de Havana, não pôde receber o financiamento outorgado pela Whitley Fund for Nature, ONG do Reino Unido, por um montante de 30 mil libras esterlinas, que seriam utilizadas para continuar um projeto em andamento. A primeira transferência bancária por 15 mil libras esterlinas foi realizada utilizando o HSBC Bank PLC de Londres, o qual enviou os fundos via Nova York e não chegaram a seu destino. O banco informou à ONG que os mesmos foram retidos pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

As contribuições de Cuba aos organismos multilaterais também foram submetidas à uma caçada doentia. Durante o primeiro semestre de 2006, Cuba não pôde pagar-lhes suas cotas a dois organismos internacionais sediados em Genebra: a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM), por causa da negativa do Banco suíço UBS, que acolhe as contas de ambas as organizações internacionais, a receber transferências desde Cuba.

Também vários funcionários internacionais de nacionalidade cubana receberam cartas solicitando-lhes o fechamento de suas contas em dólares estadunidenses sob a ameaça de que as mesmas seriam embargadas. Esse foi o caso de funcionários contratados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-americana da Saúde (OPS), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Fundo de População das nações Unidas (FNUAP) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, entre outras.

Estas ações dos bancos contra cubanos contratados como funcionários internacionais são consequência do “Procedimento para a aplicação de sanções econômicas às instituições bancárias”, anunciadas publicamente pela OFAC no início de 2006.

Com essas ações, os Estados Unidos punem também os Organismos Internacionais e seu pessoal, mais outra evidência de seu total desprezo ao multilateralismo.

Num relatório encaminhado pela OFAC ao Congresso dos Estados Unidos, informa-se que no ano 2005 o montante dos bens cubanos congelados nos bancos norte-americanos, como resultado do bloqueio era de 268 milhões 300 mil dólares.

2.2 A extraterritorialidade em outros setores

- Em fevereiro de 2006, a delegação empresarial cubana que participou na Conferência Cuba – Estados Unidos sobre Energia, realizada no México D.F., foi expulsa por ordens do Departamento do Tesouro do Hotel Maria Isabel Sheraton, onde estava alojada. Essa instalação é propriedade da firma norte-americana Starwood Hotels Worldwide. A gerência do hotel confiscou o depósito que a missão cubana pagou por conceito de estada e o enviou à OFAC, somando-o aos fundos cubanos congelados pelo Governo dos Estados Unidos.
- As reparações que foram necessárias realizar à Fábrica da Empresa Moa Níckel S.A. resultaram mais custosas e atrasou-se o seu cronograma de execução por causa de que o fornecedor brasileiro Orion teve que retirar-se do contrato para a reparação capital do Turbogenerador N° 1 por ser uma filial de uma empresa norte-americana. Em consequência, Cuba teve que recorrer a outros fornecedores para que completassem o trabalho. Esta empresa brasileira foi alvo de ameaças de represália, que incluíram a possibilidade de que fossem despedidas as pessoas que no Brasil participaram na negociação desse contrato com Cuba.
- A negativa da empresa canadense Cytec a vender o reagente extrairte (Cyanex 272) que se decidiu utilizar na nova tecnologia para a ampliação da refinaria de níquel COREFCO no Canadá, provocou uma demora de 7 meses no projeto de ampliação da refinaria e o incremento do custo da refinação em aproximadamente 2,20 dólares/lb de Ni + Co.
- Em julho de 2005, a companhia Dresser-Rand Group Inc. ordenou à sua subsidiária no Brasil, deter os seus negócios com a empresa mista cubano-canadense Moa Níckel S.A., do setor de mineração. Esta companhia sediada em Nova York e fabricante de turbinas e compressores para a indústria da energia, deu a conhecer publicamente no mês de abril de 2006, que era extremamente provável que se lhe impusessem sanções pelo Governo dos Estados Unidos por causa dos negócios que a sua subsidiária realizou com a empresa cubana.
- Durante os meses de outubro e novembro de 2005, as cadeias hoteleiras espanholas, especialmente as maiorquinas que administram ou investiram em hotéis em Cuba, começaram a receber notificações do Departamento de Estado dos Estados Unidos, informando-lhes que por ocuparem supostamente uma propriedade confiscada na Ilha de Cuba e comercializá-la para seu próprio benefício, seria proibida a entrada nesse país aos proprietários da

empresa, aos empregados, acionistas e familiares. O escrito estava assinado pelo coordenador do Escritório de Assuntos Cubanos, Stephen G. McFarland.

- Não se conseguiu materializar a solicitação realizada à empresa ALCOA na Espanha de 2 000 toneladas de perfis de alumínio para a elaboração de portas e janelas necessárias para a remodelação das policlínicas, hospitais e escolas cubanas, ao responder a mesma que não podia fornecer o material porque era uma empresa com sede social nos Estados Unidos.
- As negociações realizadas em janeiro de 2006 com a sucursal canadense de uma das quatro principais distribuidoras discográficas independentes dos Estados Unidos, no quadro da Feira MIDEM – Cannes, França – foram interrompidas, quando o Departamento Legal da companhia exprimiu que “requeria uma investigação muito custosa para determinar os mecanismos e aspectos legais no que se refere à sua possibilidade de vender o produto cubano no Canadá, e especialmente nos Estados Unidos”.
- O menino cubano Raysel Sosa Rojas, ganhador do Concurso Mundial de Desenho Infantil sobre o Meio Ambiente convocado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, não pôde desfrutar de seu prêmio devido à negativa da empresa japonesa Nikon de entregar-lhe uma câmara digital, que foi outorgada aos ganhadores de cada região, alegando que o bloqueio norte-americano o proibia. Também não pôde receber o importe dos 1000 dólares que lhe correspondem pelo prêmio, devido a que os organizadores do concurso argumentaram que estavam estudando a forma de fazer-lhe entrega dessa quantia pelas dificuldades que se apresentariam com alguns bancos.

A extraterritorialidade do Bloqueio também se observa nas sistemáticas ações encaminhadas a impedir o acesso de nosso país às modernas tecnologias e aos avanços da ciência, bem como a obstaculizar a superação de nossos técnicos e profissionais:

- Um especialista cubano que oferece serviços numa companhia estrangeira com negócios em Cuba e que realizou um estágio no Canadá sobre sistemas de controle automatizados PLC 5, que se aplica em sua companhia, foi expulso no segundo dia do treinamento, ao conhecer-se a sua nacionalidade. Explicaram-lhe que a sua participação neste curso violava as “Regulamentações da Administração dos Estados Unidos para a Exportação”.
- A negociação do Simulador do Tráfego Aéreo, contratado para Cuba pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) à firma canadense ADACEL não se materializou, porque o Gerente Geral e o Gerente Financeiro dessa firma, de nacionalidade norte-americana, colocaram que as leis de seu país lhes impedem qualquer tipo de contrato com Cuba. Ao não dispor do

Simulador em Cuba, a Empresa Cubana Aeroportuária e Serviços Aeronáuticos (ECASA), tem que investir aproximadamente 250 mil dólares anuais no aperfeiçoamento dos Controladores do Tráfego Aéreo no estrangeiro.

- A entidade holandesa que atuava como intermediária do pagamento para o comércio eletrônico com o nome de ePayment-Cuba, informou em junho de 2005 que se retirava do negócio devido a que as leis do bloqueio lhe impediam continuar oferecendo esses serviços a Cuba. Isso provocou a paralisação da atividade durante 3 meses, afetando as vendas em perto de 10 mil dólares.

2.3 Afetações ao comércio exterior.

Neste período evidenciou-se um fortalecimento de velhos mecanismos criados visando a perseguição dos fundos e operações comerciais cubanas, ainda mais nos mercados longuínquos, ao calor das recomendações da chamada Comissão para uma Cuba Livre, aproveitando a natureza extraterritorial das leis e regulamentações do bloqueio.

É paradoxal o fato de que a Secretaria da Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu relatório de fevereiro de 2006 (WT/TPR/S/160) emitido no quadro do Exame de Política Comercial dos Estados Unidos realizado de 22 a 24 desse próprio mês, indicou que os Estados Unidos reduziram ou flexibilizaram os seus controlos e restrições ao comércio com aproximadamente uma dúzia de países (Vários da Europa, Iraque e Líbia). No caso de Cuba aconteceu tudo ao contrário.

Como resultado, no ano 2005 as afetações ao comércio exterior cubano ultrapassaram 945 milhões 320 mil dólares, cifra que marca um aumento de quase 15% com respeito ao ano anterior, e que em valores absolutos significa 122 milhões 720 mil dólares mais do que a cifra registrada no ano 2004. Foi provada novamente a capacidade de Cuba para manter e desenvolver o seu comércio exterior apesar das dificuldades criadas pela sanha do governo dos Estados Unidos.

Apesar de que as maiores afetações no ano 2005 registraram-se pela impossibilidade de ter acesso ao mercado dos Estados Unidos, tanto no que se refere às exportações como às importações cubanas – com uma incidência negativa de 536 milhões 790 mil dólares – também as afetações derivadas do alto risco adjudicado a Cuba por sua condição de país bloqueado pelos Estados Unidos, tiveram pela sua quantia uma incidência negativa muito significativa no comércio exterior cubano.

Essas últimas afetações ultrapassaram 320 milhões 765 mil dólares no ano 2005, o que reflete as difíceis condições de financiamento impostas a Cuba mediante a concessão geralmente de empréstimos nos termos mais onerosos que os oferecidos como média no mercado internacional.

Durante o ano 2005, nas limitadas compras de produtos agrícolas - incluídos alimentos – aos Estados Unidos produziram-se afetações econômicas por um montante de 66 milhões 300 mil dólares. Mantiveram-se as restrições e os complexos mecanismos estabelecidos pelo Governo estadunidense para a venda desses produtos a Cuba, que impõem gastos adicionais pelo câmbio de moedas, ao realizar-se transações através de bancos intermediários; demoras na descarga dos navios, produto de dilatações na recepção dos pagamentos realizados pela entidade comercializadora cubana; e o incremento da tarifa de fretes em aproximadamente 20% derivado da impossibilidade de utilizar a frota cubana para a transportação desses produtos e a proibição aos navios estadunidenses ou de outros países que participam nestas operações de recepcionar cargas em Cuba.

A isso, somam-se as dificuldades inerentes à emissão de licenças para exportar e à aplicação mais severa das restrições para a emissão e renovação das licenças de viagens dos executivos.

Os efeitos do bloqueio alargam-se como resultado do intenso e acelerado processo de aquisições de empresas, fusões, megafusões e alianças estratégicas em escala mundial no quadro da globalização neoliberal, processo no qual os Estados Unidos têm uma significativa participação. Esta situação agrava o bloqueio no já reduzido espaço econômico externo de Cuba, tornando cada vez mais difícil o curso estável de nossas relações comerciais e a procura de novos fornecedores. Apenas no período que abrange o relatório, Cuba foi afetada, pelo menos, pela aquisição de 16 empresas de terceiros países por companhias dos Estados Unidos, com a conseqüente perda para o nosso país de mercados em 8 países, aos que não poderemos ter acesso novamente.

2.4 A Seção 211 da Lei de Ônibus de Verbas Consolidadas Suplementares e de Emergência dos Estados Unidos de 1999 e as novas agressões no tema das marcas.

Cuba denunciou por oitavo ano consecutivo na organização Mundial do Comércio, a aplicação por parte do Governo dos Estados Unidos da Seção 211 da Lei de Ônibus de Verbas Consolidadas Suplementares e de Emergência, que impede aos titulares cubanos ou seus sucessores, entre elas as empresas estrangeiras, com interesses em Cuba, o reconhecimento e desfrute no território dos Estados Unidos, de seus direitos sobre marcas ou nomes comerciais registrados e protegidos em Cuba, ligados a antigas propriedades nacionalizadas pelo Governo cubano.

Vale a pena lembrar que esta medida foi aprovada em outubro de 1998 pelo Congresso estadunidense, mediante um processo carente de transparência e em benefício da companhia Bacardí, a que tem uma significativa influência nos círculos de poder estadunidenses e uma longa história na promoção de ações contra a Revolução Cubana.

A aplicação da Seção 211 tem, por tanto, implicações muito negativas, não só no

contexto bilateral entre Cuba e os Estados Unidos, mas também no âmbito multilateral.

No aspecto bilateral, reforça o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto contra Cuba, porque tenta impedir o desenvolvimento de investimentos estrangeiros na Ilha, associadas à comercialização internacional de produtos cubanos, cujas marcas e nomes comerciais gozam de prestígio a nível mundial. Até a aprovação da Seção 211 e, a pesar do bloqueio, mantivesse o reconhecimento mútuo dos direitos dos titulares naturais e jurídicos de ambos os países na área da propriedade intelectual.

A aplicação da referida Seção por parte de um tribunal de Nova York, impediu uma sentença favorável a uma companhia com interesses cubanos e franceses (Havana Club Holding) no litígio iniciado desde 1996, quer dizer, com antecedência à aprovação da Seção 211.

Em cumprimento de suas obrigações internacionais e, a pesar da política de bloqueio e hostilidade mantida pelo Governo dos Estados Unidos, Cuba honrou e continua protegendo os direitos de centenas de companhias estadunidenses que mantêm atualizados no território nacional, os registros de mais de 5 mil marcas, nomes comerciais e patentes destas companhias.

O Órgão de Apelações da Organização Mundial do Comércio (OMC), decidiu em janeiro de 2002, a pedido da União Européia, que a Seção 211 viola as obrigações de Trato Nacional e de Nação Mais Favorecida do Acordo sobre os ADPIC (Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio), instando aos Estados Unidos a ajustar a referida legislação a essas obrigações num período razoável de tempo.

O adiamento reiterado por parte do Governo estadunidense do acatamento do veredicto do órgão de competência da OMC, reafirma de maneira incontestável a sua falta de vontade política para solucionar este litígio.

Em 28 de julho de 2006, o Escritório para o Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, negou a concessão de uma licença específica à empresa cubana Cubaexport, a que houvesse permitido a essa entidade cubana a renovação do registro da marca Havana Club perante o Escritório de Marcas e Patentes desse país.

Perante a impossibilidade de realizar o pagamento da taxa para renovar o registro, em 3 de agosto de 2006 o Escritório de Patentes e marcas dos Estados Unidos informou que o registro da marca Havana Club a favor da empresa Cubaexport seria cancelado.

A venda pela empresa Bacardí de um rum com a marca Havana Club, constitui uma ação comercial violatória da legislação de marcas estadunidense e internacional.

Outro roubo similar de uma prestigiosa marca cubana praticou-se em passado 19 de junho de 2006, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos negou-se a revisar a

decisão da - Corte de Apelações do Segundo Circuito de Nova Iorque, ao respeito da prestigiosa marca de charutos cubanos “Cohíba”. Segundo os raciocínios da Corte de Apelações referida, no caso de Cuba, as ilegítimas e unilaterais normas que regulamentam a política hostil de bloqueio prevaleceriam sobre as obrigações internacionais dos Estados Unidos.

Dita atuação contou com o estímulo do Governo dos Estados Unidos., que recomendou à Suprema Corte não revisar o caso, argumentando que a Empresa cubana proprietária da marca “Cohíba” tinha a opção de recorrer à licença do Governo norte-americano para registrar em seu nome a referida marca.

O Governo norte-americano omitiu em sua oposição legal a Corte Suprema que dita licença já foi solicitada pela Empresa cubana e nunca foi dada uma resposta a tal solicitação.

Manter a Seção 211 por parte dos Estados Unidos, bem como o desenvolvimento de outras ações dirigidas a usurpar em território norte-americano marcas cubanas de amplo prestígio internacional protegidas por convênios e tratados, poderia levar a um clima de incerteza e questionamento destes direitos, com afetações concretas não só para Cuba, mas também para os interesses econômicos e comerciais de entidades dos próprios Estados Unidos.

3. Afetações a diversos setores econômicos e sociais.

3.1 Afetações nos setores de maior impacto social e outros.

Os prejuízos à economia e às condições de vida da população cubana derivados do bloqueio são sensíveis. Embora todos os setores, áreas ou atividades econômicas sofrem as afetações do bloqueio como a alimentação, a saúde, a educação, o esporte e o transporte se evidenciam com maior intensidade o efeito nocivo desta política imposta à população cubana.

Alimentação

No período de abril de 2005 até março de 2006, o bloqueio provocou afetações à indústria Alimentar que alcançaram um valor acima dos 62 milhões 900 mil dólares, essencialmente por seu impacto negativo na produção de alimentos para o consumo da população. Com uma montante similar, se teria podido executar o acondicionamento tecnológico e a modernização parcial da indústria Láctea cubana.

A proibição do acesso ao mercado dos Estados Unidos –que conta com empresas líderes na indústria avícola- limitou a capacidade de Cuba para introduzir melhoras

tecnológicas neste ramo, impedindo a aquisição de máquinas, estações de incubação e outros insumos necessários para seu uso no Programa nacional de produção avícola. De ter podido desenvolver estas capacidades tecnológicas, Cuba tivesse conseguido um aumento produtivo de 133 milhões de ovos adicionais que teria garantido uma fonte estável e segura de proteínas para a alimentação do nosso povo.

O bloqueio econômico, adicionalmente, gera riscos ao país que implicam perdas financeiras à economia cubana, como são os riscos ocasionados pela imobilização de quantiosos recursos estocados durante longos períodos. No 2005, produto do bloqueio, Cuba teve que investir mais de 12 milhões de dólares devido a necessidade de ter inventários em excesso de produtos alimentares, com o conseqüente acréscimo num 70% das capacidades de armazenamento refrigerado com relação ao total que existiria se o país não fosse afetado por esta política hostil.

A impossibilidade de ter acesso ao mercado dos Estados Unidos também provocou que as empresas cubanas do setor das pescas não pudessem adquirir os Kits de análise baseados no HACCP⁷, que fornece a companhia dos Estados Unidos NEOGEN. Este método analítico permite o monitorio dos sistemas de gestão da segurança dos alimentos. Por este motivo, tiveram que aplicar-se procedimentos de controle que fizeram com que as despesas de operações dos nossos sistemas de qualidade fossem mais caras.

Saúde

Durante o período que abrange este relatório, o bloqueio ocasionou afetações no setor da saúde avaliadas em 48,6 milhões de dólares, cifra que não valoriza a dor e os sofrimentos que tem produzido esta política sobre o nosso povo. Com esta montante, Cuba teria podido investir nos programas de remodelação de policlínicas e hospitais ou na compra de material descartável de uso médico necessário para um ano de trabalho das instituições de saúde do país.

A seguir relacionam-se alguns exemplos que evidenciam as afetações do bloqueio neste setor:

- O tratamento de pacientes que precisam diálises em Cuba foi afetado. Companhias líderes mundiais na matéria, como a estadunidense Baxter, se sente impedida de responder às solicitações de Cuba para desenvolver seu serviço de Diálises Peritonal Continua Ambulatória (DPCA). Cuba propôs a dita empresa iniciar a aplicação da DPCA em crianças afetadas com Insuficiência Renal Crônica Terminal residentes em áreas rurais de difícil acesso, aproveitando a infra-estrutura que oferece a Rede de Atenção Primária do Sistema Nacional de Saúde o qual ainda consta com 2 032 pacientes necessitados deste tratamento, deles 30 são crianças. O bloqueio impediu que estas crianças doentes se beneficiaram da nova técnica, limitando seu tratamento a dar continuidade ao método tradicional de

diálises peritonial intermitente que os obriga a concorrer dias alternos aos hospitais para receber atendimento médico.

- A ONG norte-americana “Atlantic Philanthropic” se viu impossibilitada de efetuar a doação de um Laboratório de Biologia Molecular para o Instituto de Nefrologia, devido a que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos não lhe deu autorização. Esta iniciativa impediu que a citada instituição cubana usara tecnologias avançadas que teriam permitido uma maior percentagem de sobrevivência nos pacientes nos que se lhes pratica transplante renal.
- A impossibilidade de adquirir peças sobressalentes no mercado dos Estados Unidos impediu ao Instituto de Oncologia e Radiobiologia concertar impressoras coloridas de alta resolução da marca estadunidense Lex Lark, que são empregadas pelos equipamentos de radioterapia.
- A importação de praguicidas, equipamentos de fumigação e recursos de Entomologia médica desde mercados longínquos, devido à proibição de acceder ao mercado dos Estados Unidos, provocou afetações por conceito de preços, transportação e tempo de entrega dos produtos. Isto significou despesas em excesso em 25% com respeito ao custo destes equipamentos e praguicidas nos Estados Unidos.
- O Instituto de Medicina Tropical (IPK) não tem podido adquirir o equipamento para a técnica de Eletroforese em Campo Pulsado, devido a que a firma que o vende (BIORAD), é norte-americana. Este instituto pertence à rede PULSENET para América Latina, que se encarrega da vigilância Epidemiológica molecular das bactérias Salmonella, Escherichia Coli, Shigella e Vibrio Cholerae, causantes de severas infecções gastrintestinais, essencialmente nas crianças. A pesar de ser Cuba membro desta rede, a companhia BIORAD tem rejeitado as gestões efetuadas ao respeito.

Cuba foi obrigada a recorrer a outros mercados para adquirir fornecimentos médicos a um custo superior àquele que teriam nos Estados Unidos, como o evidenciam os seguintes exemplos:

- Por esgotamento das reservas existentes no Instituto de Medicina Tropical “Pedro Kourí” (IPK) e em virtude do projeto do PNUD “Fundo Mundial de Luta contra o HIV, a Malária e a Tuberculoses”, foi solicitada a venda do medicamento anti-retroviral “Tenofovir” ao Laboratório GILEAD dos Estados Unidos. Este fármaco devia aplicar-se, aos doentes de HIV/AIDS no território nacional. Apesar da emergência ligada ao caso, o referido Laboratório respondeu que não poderia fornecê-lo, visto que para isso requeriam de uma licença de exportação do governo estadunidense. Por conseguinte, Cuba decidiu comprar este medicamento à firma ALFARMA S.A, a um custo adicional de 299 mil 988 dólares. Isso tudo, além do encarecimento do produto, dificultou-se a possibilidade de administrar uma combinação mais moderna

de anti-retrovirais a pacientes com HIV/AIDS.

- Ao abrigo de um projeto nacional que Cuba desenvolve com o Fundo de População da ONU (FNUAP) na área de Saúde Sexual e Reprodutiva, se solicitou o anti-concepcional “Deprovera” à empresa multinacional Pfizer, estadunidense. Esta companhia respondeu que não podia prover dito produto a Cuba devido ao bloqueio, pois se requeriam licenças que demorariam vários meses em serem outorgadas.

Educação

Cuba continua avançando na execução de ambiciosos e revolucionários programas de excelência no setor educacional. Neste empenho, foi necessário encarar o impacto negativo do bloqueio. No 2005, se estimava que a aplicação desta criminosa política ocasionou afetações que ultrapassam os 9,8 milhões de dólares, só em meios de ensino e técnicos para as escolas de diversos níveis escolares, os que tiveram que ser adquiridos noutros mercados a preços superiores a os dos Estados Unidos. Caso não existisse o bloqueio, Cuba teria podido adquirir como mínimo mais um 25% de meios de ensino para as escolas do país.

O bloqueio impõe obstáculos que afetam a manutenção e concertação das escolas. No período que abrange este relatório, Cuba pagou 2,3 milhões de dólares a mais para a aquisição dos materiais de construção necessários para as escolas, produto da distancia dos mercados alternativos ao estadunidense. Com esta montante de recursos financeiros, o país teria podido terminar 5 escolas de educação especial que não estavam funcionando e se teriam podido reparar umas 40 creches.

Embora o governo cubano tenha multiplicado seus investimentos para garantir a integridade e excelência do desenvolvimento educacional e cultural do povo, devido ao bloqueio e essencialmente a suas disposições que impedem o acesso ao mercado estadunidense, subsiste um déficit de bibliografia complementar, materiais didáticos e impressos avaliados em 4,4 milhões de dólares aproximadamente.

Perseveram os obstáculos para a aquisição de máquinas Braille para crianças cegas e deficientes visuais diretamente a seus fornecedores e fabricantes nos Estados Unidos, como já foi denunciado com antecedência. Caso não existissem as regulamentações do bloqueio, Cuba poderia adquirir este equipamento no mercado estadunidense a um preço de 700 dólares. Hoje está obrigada a comprá-las a terceiros países a um custo de 1000 dólares cada uma. Dita máquina, junto ao papel Brailon, fazem parte do equipamento das escolas especiais para cegos e deficientes visuais e são elementos imprescindíveis nas bibliotecas dos deficientes visuais para imprimir os livros que conformam seu fundo bibliotecário.

Esportes

Durante o período, o bloqueio manteve seu impacto no acréscimo de despesas ligadas às compras de artigos esportivos e matérias primas necessárias na Indústria Esportiva Cubana. Só pelo fato de ter que comprá-las em mercados distantes, tivemos custos adicionais estimados em 72 mil dólares.

No Tiro Esportivo se mantém a impossibilidade para a aquisição de meios e implementos como espingarda “BERETA” para a Equipe de Skeet de Cuba, visto que a firma italiana que a produz tem estreitos vínculos comerciais com os Estados Unidos. Também não conseguiram adquirir as pistolas “WALTER”, calibre 32 nem as balas de alta qualidade “ELEY” para a Equipe de Tiro Esportivo de Cuba.

Para comprar os cronômetros necessários para os professores de Educação e Cultura Física, se teve que investir 583 mil 800 dólares. Caso se tivesse comprado este implemento no mercado dos Estados Unidos, se teriam poupado 404 mil 600 dólares, que teriam permitido comprar mais outros 616 mil 903 cronômetros.

A compra das bolas necessárias para as escolas ascendeu a 8 milhões 966 mil 500 dólares. Se tivesse sido feita nos Estados Unidos, se tivessem obtido mais 2 milhões 270 mil balões. O preço unitário de uma bola nos Estados Unidos é de 0,90 centavos dólar e Cuba tem tido que comprá-las a um preço promédio de 4,85 centavos dólar.

Na área da Medicina Esportiva, também se tem tornado difícil a aquisição do material básico e auxiliar, padrões de reativos, medicamentos, nutrientes e outros que se fabricam nos Estados Unidos, que em muitos casos são os de melhor qualidade ou os únicos no mercado.

Em ocasiões, tivemos que descontinuar equipamentos custosos nos laboratórios, perante a impossibilidade de adquirir sobressalentes ou a informação de atualização tecnológica dos mesmos, como se demonstra a seguir:

- Não foi possível obter os sobressalentes necessários para a reparação de um Cromatógrafo Líquido de Alta Pressão (HPLC) e de um Espectrômetro de Massa, visto que estes são produzidos pela firma estadunidense Agilen Technologies. Em consequência ambos os equipamentos estão parados. Entre ambos os equipamentos, o país investiu 217 mil dólares.
- Foi impossível adquirir os sobressalentes para a reparação de um Espectrômetro de Massa de Relações Isotópicas da Firma Termo Finnigan de Alemanha, visto que esta é uma subsidiária da Firma Termo Quest, com sede em Austin, Texas. Esta situação tem provocado que as mostras biológicas tenham que enviar-se a outros laboratórios no mundo, visto que não pode usar-se um equipamento no qual se investiram 240 mil dólares.

Transporte

O ramo dos transportes continua seriamente afetado pelo bloqueio, incidindo de maneira negativa no desenvolvimento econômico do nosso país e no nível de vida da nossa população. As afetações financeiras no período que se analisa, ascenderam a 174 milhões.

Os seguintes exemplos evidenciam o efeito adverso dessa política criminosa:

- A empresa SELECMAR tem visto cortadas suas intenções de realizar contratos com diversas companhias que se dedicam a alugar embarcações, quando estas sabem que a origem de dita empresa é cubana. As maiorias destas companhias locadoras tiveram uma relação direta ou indireta com os Estados Unidos.
- A Empresa “Navegación Caribe” teve perdas por um valor de 106 mil 300 dólares, por conceitos de reposição de sobressalentes e outros componentes de suas embarcações, ao ter que freqüentar mercados em países distantes para efetuar sua compra. Levando em conta que ditas embarcações têm 53% de tecnologia americana, os custos dos referidos artigos encareceram-se não só pelo aumento dos fretes, mas também pela necessidade de acudir a intermediários.
- O Grupo Empresarial cubano TRADEX, importador de equipamentos automotores, sobressalentes, acessórios e outros produtos e materiais necessários para o transporte, foi obrigado a desembolsar 33 milhões 367 mil 400 dólares a mais em suas transações, por conceito de transportação e frete, custo de intermediário, impostos nos preços e custo de crédito pelo risco do país e a proibição do uso do dólar.
- As afetações totais no serviço de transportação de carga de passageiros por ferrovia, tiveram um acréscimo no período de 16 mil 800 milhões, ao não realizar as viagens planificadas por falta de sobressalentes para reparar o parque de locomotivas. A manutenção e reparação destas máquinas se tornam difícil em extremo, visto que as mesmas possuem uma percentagem elevada de componentes norte-americanas.

3.2. Afetações a outros setores da economia nacional

O conjunto de leis e regulamentações que conformam o bloqueio imposto pelos Estados Unidos de América afeta a todos os setores da economia cubana.

No **setor da cultura** o intercâmbio de publicações e materiais científicos e literários

entre Cuba e os Estados Unidos está sensivelmente limitado, bem como a distribuição e comercialização de outros produtos culturais cubanos no mercado desse país.

Não puderam efetuar-se os pagamentos por conceito de direito de autor que devem realizar entidades estrangeiras à Agência Literária Latino-americana com sede em Havana, perante a impossibilidade de emitir cheques ou de fazer transferências bancárias em dólares girados contra bancos nos Estados Unidos ou que tenham suas casas matrizes nesse país. Isto implicou perdas de até 30%.

A comercialização da literatura cubana esteve prejudicada pela impossibilidade de assistir a feiras comerciais patrocinadas por entidades norte-americanas, entre as que podem referir-se a Feira Internacional do Livro em Porto Rico e a Feira de Miami, questão que impediu realizar vendas diretas ao público por um valor de 5 milhões.

Foram canceladas as contratações previstas com “Forsa Editores” e a Universidade de Porto Rico, por uma soma de 25 milhões de dólares.

Os produtos imprescindíveis para as instituições de ensino artístico, (violino, piano, contrabaixo, flauta, sapatilhas de meia ponta, sapatilhas de ponta Malha, mallot e leotard), tiveram que comprar-se em terceiros países com um aumento no custo de 16%, o que representa uma despesa adicional de 2 milhões 500 mil dólares.

O contrato por 350 mil USD da licença de transmissão televisiva da Série Nacional Beisebol Cubana ao público estadunidense fracassou, pelo temor a represália do Governo dos Estados Unidos.

O custo do investimento do novo Canal de Televisão Havana, de desfrute gratuito para toda a população da capital, incrementou-se em 43 mil 631 dólares, devido à necessidade de recorrer a intermediários de venda.

As afetações na **Indústria turística** produto da proibição de viagens a Cuba, foram quantiosas. Se dita medida desaparecesse, pelo menos 15% dos turistas estadunidenses que viajam ao Caribe – um milhão oitocentos mil – teria visitado Cuba, contribuindo à economia cubana com uma receita adicional de 1 170 milhões de dólares.

Os serviços turísticos sofreram um negativo impacto ocasionado pelo bloqueio. A entidade cubana (ITH) de fornecimento ao turismo, registrou perdas estimadas em 125 mil dólares, ao ter que importar desde terceiros mercados produtos de marcas reconhecidas e de alta demanda por parte dos turistas.

A Empresa de capital britânico “Lastminute.com” que possui um potente sistema de vendas on line e tinha firmado contratos de serviço com o grupo Empresarial cubano Gran Caribe desde o ano 2004, foi adquirida em meados do ano 2005 pela empresa estadunidense Sabre Holdins. Poucas semanas depois, se cancelaram ditos contratos e se deixou de oferecer serviços de vendas, o que provocou perdas de venda de viagens a centos de passageiros.

A Universidade de Havana teve que pagar 40 mil dólares anuais pelo largo de banda usado para o acesso a internet, visto que não conseguiu usar o acesso ao cabo submarino de fibra óptica. Por um serviço deste tipo, uma universidade noutro país da região paga 600 dólares por ano.

Ao Escritório de Segurança para as Redes Informáticas de Cuba (OSRI), que criou uma equipe de Respostas a Incidentes de Computacionais, se lhe proibiu a anuência para usar as siglas CERT, marca registrada dos Estados Unidos, afetando seriamente suas facilidades operativas.

As afetações na **Indústria Sideromecânica** no período que se analisa, alcançaram os 40 milhões de dólares produto das altas taxas de juros que fixam os intermediários comerciais, o sobre pagamento de fretes e contentores por ter que adquirir as mercadorias em Europa ou Ásia e a impossibilidade de usar o dólar nas transações comerciais, entre outras causas.

A aquisição de 35 monta-cargas TSM no Japão, provocou um gasto a mais de 46 mil dólares, devido à impossibilidade de usar o dólar. A carta de crédito para realizar a operação teve que abrir-se num banco inglês, com o já sabido aumento do custo devido à taxa de câmbio.

Não foi possível concertar 39 elevadores comprados entre 1998 e 2001 à Empresa LG, coreana, por ter sido esta adquirida pela Empresa OTIS dos Estados Unidos. Foi calculado que o câmbio de tecnologia destes equipamentos custaria 1 milhão 500 000 dólares.

Durante o período analisado, o custo das afetações do bloqueio à **Aviação civil** foi ao redor de 173 milhões de dólares.

A impossibilidade de usar os sistemas de distribuição estadunidenses tem impedido que a aerolinha Cubana de Aviación possa participar destes mecanismos. Esta problemática tem limitado o acesso aos serviços oferecidos por nossas linhas aéreas em 65,7%. Dita situação, foi denunciada perante diversas instancias da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Ao abrigo do projeto de proteção ao meio ambiente “Reabilitação da Bacia do Rio Almendares” da Cidade de Havana, se contratou a aquisição de 9 mini-carregadores frontais à firma Itália ESSE. I SRL, a qual não conseguiu cumprir com a entrega contratada a um fornecedor canadense que representa a marca THOMAS, porque as ações da Companhia Canadense foram adquiridas por uma firma dos Estados Unidos. Como alternativa se adquiriram equipamentos similares modelo NEW HOLLAND, na Europa, a um custo de 20% maior em preço e frete marítimo o que significou um acréscimo do valor inicial já pactuado em 202 mil 839 dólares e o atraso na execução do projeto.

As restrições no acesso a tecnologias estadunidenses na **indústria da água** afetam sistematicamente diversas obras no setor, entre as que se distingue a manutenção das

redes do aqueduto, provocando maiores perdas de água durante sua distribuição e uso. Isto significa um acréscimo de 50% das perdas na distribuição do líquido, em momentos em que o país tem sofrido uma prolongada seca.

O custo dos fretes e o acréscimo dos preços das matérias primas afetaram significativamente à **indústria ligeira**, essencialmente na fábrica de sabão e perfumaria, bem como a de couro e calçado, registrando-se uma afetação por dito conceito de 5 milhões 548 mil dólares.

As exportações cubanas de açúcar, também estiveram afetadas pela impossibilidade de participar no mercado de importações dos Estados Unidos, as condições de risco país e as impossibilidades de usar o dólar como moeda nas transações comerciais. Levando em conta que as exportações de açúcar cubano representavam no ano 1958 58,2% do total das importações deste produto nos Estados Unidos, se estima que si hoje tivéssemos uma quota no mercado estadunidense, só de 13%, se teriam recebido 44 milhões 777 mil dólares.

3.3 Prejuízos ocasionados ao intercâmbio acadêmico, científico, cultural e desportivo entre o povo cubano e o povo norte-americano.

Entre as novas regulamentações do bloqueio impostas pela atual administração estadunidense, especiais significações tiveram as desenhadas para proibir, frear, ou condicionar o normal desenvolvimento dos intercâmbios acadêmicos em ambas as direções, as viagens de estudantes e professores, o fluxo de informação científica mediante diversas vias, a difusão e retribuição adequada pelos resultados dentro desta área e a aquisição de insumos, meios e instrumentos para a docência e a investigação.

A Faculdade de Engenharia Industrial esteve enviando 2 Professores Convidados à Universidade Peruana de Ciências Aplicadas em Lima de maneira permanente durante os últimos 8 anos, cujo trabalho foi avaliado de muito positivo. O ano passado, foi recebida uma carta da Direção dessa Universidade cancelando o convênio de colaboração que existia, devido a que dita Universidade foi comprada pela multinacional dos Estados Unidos LAUREATE UNIVERSITY.

Cuba está em desvantagem como membro da Rede de Nodos do Centro de Excelência para a Região de América, produto do encarecimento dos pagamentos que deve fazer a esta Rede pela impossibilidade de usar o dólar norte-americano. Devido a essa dificuldade, a União Internacional de Telecomunicações a (UIT) decidiu abrir uma conta específica para Cuba em Euros, que obriga ao país a pagar 30 Euros adicionais em cada transferência bancária.

Os convênios existentes sobre cursos de Saúde Pública para estudantes de Pré e Pós-Graduação entre a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSAP) e outras

universidades norte-americanas de grande prestígio internacional como a Johns Hopkins, a Tulane e a University of South Florida, também foram revogados produto do recrudescimento do bloqueio.

No ano 2005, o Instituto de Investigações Fundamentais em Agricultura Tropical não conseguiu uma bolsa de estudo outorgada pela Empresa Brasileira EMBRAPA a um investigador desse Centro, devido a que as regulamentações do bloqueio impedem que Cuba possa aceder aos Fundos do Banco Mundial, de cujo financiamento dependia a realização dessa bolsa de estudo.

O Senhor Sharee P. Singh, reconhecida personalidade do Centro de Agricultura Tropical de Cali, Colômbia, teve que deter a colaboração que tinha desenvolvido durante anos com Cuba no Melhoramento do feijão, devido às pressões recebidas ao se transferir para uma Universidade norte-americana.

O intercâmbio cultural que tradicionalmente efetuavam as companhias de bale dos Estados Unidos com o prestigioso Balé Nacional de Cuba, foi impedido em 2005, como resultado das proibições da OFAC em vigor a partir de 2004. Assim mesmo, estima-se que as visitas de artistas e empresários estadunidenses nos ramos das Artes Plásticas, que em períodos anteriores viajavam a Cuba entre 6 e 8 vezes por ano, diminuíram por esta causa 75%.

A eliminação da licença geral para a participação de desportistas estadunidenses em competições amadoras e semi-profissionais que se celebrem em Cuba, impediu a assistência de pelos menos 96 participantes dos Estados Unidos em eventos desportivos realizados em nosso país em 2005.

As regulamentações adicionais da OFAC em matéria de bloqueio provocaram o desaparecimento de 6 projetos conhecidos como Programas de Semestre, que permitiam aos estudantes estadunidenses realizar intercâmbios acadêmicos e culturais com estudantes universitários cubanos durante um semestre acadêmico. A partir destes programas, organizados por diversas instituições dos Estados Unidos, se beneficiavam, ao redor de 120 jovens estadunidenses por ano.

Durante o período que se analisa este relatório, deixou de outorgar-se ao redor de 183 vistos para a participação de cidadãos cubanos em eventos científicos, acadêmicos, desportivos e culturais realizados nos Estados Unidos. Em muitos dos casos a tramitação das mesmas jamais foram respondidas e outras foram negadas sob a Seção 212 F que “proíbe a entrada de indivíduos cuja presença nesse país seja em detrimento dos interesses dos estados Unidos”.

A maneira de exemplo poderia mencionar-se:

- O cientista cubano Dr. Vicente Veres Bencomo, notável investigador na área da química que participou no desenvolvimento da primeira vacina sintética contra o

Haemophilus Influenzae de tipo B lhe negaram o visto em duas ocasiões durante o 2005. Vérez tinha sido convidado para receber o Prêmio do Museu de Tecnologia em San Diego, Califórnia, pela sua descoberta e para ministrar uma conferencia na reunião da - Sociedade de Glicobiologia em Boston, Massachussets, respectivamente.

- Ao Dr. Rafael Fando, do Centro Nacional de Investigações Científicas, lhe foi negado o visto para participar num Painel sobre Cólera e outras infecções bacterianas quem tinha sido convidado e que foi realizado na Universidade de Boston, Massachussets, em agosto de 2005.
- O Dr. Olegario Muñiz, cubano membro Diretivo da Sociedade Internacional de Solos, recebeu a resposta negativa para participar num Evento da referida sociedade que se celebraria nos Estados Unidos em novembro de 2005, aduzindo que sua entrada nos Estados Unidos se proibia por “ir em detrimento dos interesses estadunidenses”.

4. Efeitos do bloqueio para a economia estadunidense e para esse povo e outros povos do mundo.

A política hostil de bloqueio contra Cuba não só tem provocado um incalculável sofrimento aos cidadãos do nosso país, porém tem prejudicado ao povo estadunidense limitando suas possibilidades de negócios e benefícios econômicos e sociais, além dos prejuízos que causaram aos legítimos interesses econômicos de terceiros países.

Diversos estudos permitiram verificar que a normalização das relações entre Cuba e os Estados Unidos beneficiaria a economia estadunidense, permitindo que se alcance um nível de 21 bilhões de dólares no comércio bilateral de bens e serviços nos primeiros 5 anos, após levantadas as restrições às viagens, o comércio e o investimento estrangeiro⁸.

No 2005, o Escritório para o Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos vigorou restrições adicionais ao comércio, que significaram perdas quantiosas para os produtores e empresários estadunidenses que tem negócios com nosso país. Caso não existissem as restrições atuais do bloqueio que limitam o comércio dos Estados Unidos com Cuba, o país teria importado mais de 800 milhões de dólares em produtos agro-alimentares norte-americanos. Devido aos obstáculos comerciais impostos pelo bloqueio, os exportadores estadunidenses de produtos agrícolas em 2005 deixaram de perceber ao redor de 300 milhões de dólares, os que de maneira alternativa foram importados noutros mercados. Estima-se que as vendas de arroz dos Estados Unidos para Cuba caíram 25% produto da aplicação das medidas da OFAC em 2005⁹.

O custo da saúde nos Estados Unidos é consideravelmente alto e a cifra de cidadãos

sem seguro médico se eleva ao redor de 45 milhões de pessoas. A cruel política de bloqueio imposta pelo governo dos Estados Unidos contra Cuba impede que o povo estadunidense possa beneficiar-se dos sucessos que em matéria de saúde tem alcançado a Revolução Cubana, os quais já foram reconhecidos mundialmente.

Em conseqüência das regulamentações do bloqueio, não puderam iniciar-se os ensaios clínicos nos Estados Unidos com o **TheraCIM** (Nimotuzumab), medicamento cubano para o tratamento de tumores cerebrais nas crianças, essencialmente do tipo pontine glioma. Os tumores cerebrais constituem a causa principal de morte por enfermidades malignas nas crianças a incidência nos Estados Unidos e a Europa dos gliomas malignos é ao redor de 40 mil pacientes por ano. Até hoje todos os esforços envidados para identificar medicamentos adequados e efetivos realizados por científicos dos Estados Unidos, Europa, Japão e China fracassaram. O **TheraCIM**, desenvolvido e registrado em Cuba e outros países para tratar o câncer de cabeça e pescoço tem demonstrado um efeito positivo na redução da massa tumoral e poderia beneficiar as crianças que nos Estados Unidos e noutros países, sofrem esta enfermidade.

Nos Estados Unidos há aproximadamente 20,8 milhões de pessoas (7% da população) que sofrem de diabetes¹⁰, enfermidade crônica que não tem cura. Prognostica-se que um de cada três estadunidenses nascidos no ano 2000 sofrerá de diabete em qualquer momento de sua vida. Uma das complicações mais usuais da diabete miellitus é a úlcera do pé, que representa uma fonte de morbidade e mortalidade. Só nos Estados Unidos se reportam mais de 70 mil amputações por ano.

Os cientistas cubanos desenvolveram o Citoprotp¹¹, um produto e método de tratamento único que permite acelerar a cura da úlcera do pé diabético e reduzir o risco de amputação de membros inferiores. Este produto está patenteado em diversos países e sua patente está solicitada também nos Estados Unidos. O uso deste medicamento constitui uma solução real e efetiva a uma problemática clínico-social e uma poupança substancial de recursos aos sistemas sanitários, ao previr as amputações, levando em conta que em países industrializados os custos dessas amputações podem chegar até 60 mil por pacientes. Caso não existisse o bloqueio, milhões de pessoas nos Estados Unidos, onde a diabetes e suas complicações constituem um perigo flagelo, poderiam beneficiar-se deste produto da biotecnologia cubana, cujas vantagens até agora são únicas no mundo.

Em junho de 2004, o Governo cubano ofereceu publicamente ao governo estadunidense a possibilidade de oferecer atendimento médico grátis na Ilha, em cinco anos, a 3000 mil cidadãos estadunidenses pobres, a mesma quantidade de pessoas que morreram nos atentados às Torres Gêmeas de Nova Iorque em setembro de 2001. De maneira adicional em janeiro de 2005, se comunicou a disposição de receber a 150 mil pacientes estadunidenses. Em 30 de agosto de 2005, o Ministério das Relações Exteriores transmitiu uma mensagem do Governo informando a disposição de Cuba para enviar pessoal de saúde e 3 hospitais de campanha às zonas afetadas

pelo furacão Katrina nos Estados Unidos. Ofereceu-se enviar uma força médica de verificada experiência em circunstâncias excepcionais e com os meios necessários para oferecer ajuda emergente a dezenas de milhares norte-americanos apanhados nas enchentes e as ruínas deixadas por dito furacão a seu passo por Luisiana e outros estados do Sul dos Estados Unidos.

Cuba conta hoje com a maior quantidade de médicos per cápita entre todos os países do mundo, e nenhum outro desenvolveu maior cooperação na área da saúde com outros povos. A falta de resposta do governo estadunidense perante as reiteradas propostas de ajuda oferecida por Cuba, revela sua rejeição implícita às mesmas. Os governantes dos Estados Unidos não responderam em nenhum dos casos a nossa oferta de cooperação, mostrando sua indiferença ao respeito da população pobre e trabalhadora de dito país, que poderia ter-se beneficiado com a assistência médica dos cubanos. Sua sobre-entendida negativa, contribuiu a agravar a terrível realidade de um milhão 200 mil pessoas, essencialmente afro-americanas, que ficaram desabrigadas em Luisiana, Mississippi e Alabama, das quais se calcula que entre um terço e um quarto eram crianças¹².

Cuba criou em resposta solidária ao povo estadunidense e para a ajuda a outros povos do mundo, o Contingente Internacional de Médicos Especializados em Situações de Desastres e Graves Pandemias Henry Reeve, que hoje já salvou as vidas de mais de 1 milhão 391 mil 907 pessoas no mundo, afetadas por catástrofes naturais.

O bloqueio contra Cuba também foi usado como pretexto para encobrir a falta de vontade dos Estados Unidos para ajudar a danificados do furacão Katrina, ao impedir que o prêmio conseguido pela equipe cubana no Primeiro Clássico Mundial de Beisebol fosse doado aos afetados por esse desastre natural.

Em 14 de dezembro de 2005, as autoridades estadunidenses expressaram os preceitos do bloqueio aplicado contra Cuba tentando de impedir a participação dos atletas cubanos neste certame. Prévio a que os Estados Unidos anunciaram sua negativa à Assistência dos cubanos, já Cuba tinha decidido oferecer o dinheiro que obteria pela sua participação no torneio às vítimas do furacão nesse país. Perante a forte pressão internacional que ameaçava com impedir a celebração deste evento, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos teve que aceitar a participação de Cuba, possuidora de 3 títulos olímpicos e 25 coroas mundiais neste desporto. Além da existência de um acordo com os representantes estadunidenses que avalia a decisão de Cuba de doar as receitas que receberia à população afetada pelo desastre, os Estados Unidos misturaram mais outra vez sua política hostil com o esporte, sem dar crédito ao gesto dos cubanos que em nenhum momento competiram por motivos econômicos, Cuba conquistou finalmente o segundo lugar no Primeiro Clássico Mundial de Beisebol.

O bloqueio dos Estados Unidos afeta às possibilidades de investimento de suas companhias, essencialmente no setor da energia. Um estudo realizado pelo Serviço

Geológico dos Estados Unidos¹³ (USGS, por suas siglas em inglês) estimou a significativas potencialidades existentes na Bacia Norte de Cuba ao respeito de reserva de petróleo e gás. Segundo estimados de dita instituição, esta região possui um potencial que se calcula entre 1 bilhões e 9,3 bilhões de barris de petróleo e ao respeito do gás natural se estima entre 1,9 milhões de milhões e os 22 milhões de milhões de pés cúbicos. Este estudo reportou que as possibilidades de êxito estão na ordem de 95%. Embora os Estados Unidos contem com indústrias que são líderes mundiais no setor energético e é o maior importador de petróleo no mundo, suas empresas estão impedidas de participar na exportação e extração de hidrocarbonetos na zona econômica exclusiva cubana (Bacia Norte de Cuba), que se encontra a umas 85,4 milhas da península da Flórida. As regulamentações do bloqueio não só provocam a perda de uma oportunidade de negócios para as companhias dos Estados Unidos, mas também restringem as vias para fortalecer a segurança energética desse próprio país.

Diversos estudos realizados refletem que as empresas estadunidenses perdem um total de 565 milhões de dólares por cada milhão de turistas dos Estados Unidos que não podem visitar Cuba¹⁴. Devido ao agravamento das restrições de viagens a Cuba desde o 2004, só puderam visitar o nosso país 37 mil 168 estadunidenses no 2005. Levando em conta que se estima que pelo menos 1,8 milhões de turistas estadunidenses teriam podido visitar Cuba no 2005, as companhias estadunidenses perderam a oportunidade de receber 996 milhões de dólares produto dessa proibição.

Os Estados Unidos importa ao redor de 148 mil toneladas de níquel primário e umas 10 mil toneladas por ano de cobalto desde mercados distantes, sendo o maior consumidor mundial destes produtos. Caso não existisse a política de bloqueio, Estados Unidos poderia beneficiar-se das importações desde Cuba de mais de 30 mil toneladas/anos e 2000 toneladas por ano de níquel e cobalto nomeadamente. Além de constituir um mercado próximo para os Estados Unidos, nosso país conta com importantes reservas de níquel e cobalto a escala global e é o segundo maior possuidor de reservas em jazidas de níquel no mundo, com uma ampla experiência na exploração desta indústria que vem desde o ano 1943.

5. Novas medidas contra a soberania de Cuba e de terceiros países que afetam ao povo e à economia cubana.

Em 10 de julho de 2006 se apresentou oficialmente pela Administração Bush, a segunda versão do Plano para a Anexação de Cuba, com o objetivo de consolidar e aprofundar mediante medidas adicionais o negativo impacto das ações que se cumpriam a partir da aprovação presidencial em 20 de maio de 2004 do primeiro Relatório da mal chamada “Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre”. A nova versão confirmou e desenvolveu os fundamentos e diretivas anexionistas do primeiro relatório.

O novo documento igualmente está voltado a privar ao povo de sua independência e soberania, mediante a intensificação de ações de agressão econômica e política.

Segundo os promotores desta nova versão do Plano Para a Anexação de Cuba, a penúria e as vicissitudes que geraria a férrea aplicação das medidas anti-cubanas que acabaram de aprovar-se, permitiria gerar um clima de descontento e instabilidade que serviria de pretexto para uma intervenção militar direta dos Estados Unidos para destruir à Revolução cubana e impor mais uma vez a seu povo o controle imperial.

O novo relatório expõe cinicamente a determinação do governo estadunidense de derrubar as instituições e derrogar as leis cubanas incluindo a própria Constituição da República que foi aprovada em referendo popular por mais 95% dos cubanos-desmanchando de ponta a cabo o sistema político, econômico e social construído pelo povo cubano.

Nesta ocasião chegou-se ainda mais longe no desenho do plano anti-cubano e tem-se reconhecido explicitamente que muitas das medidas concebidas contra Cuba permaneceram em segredo, alegando-se razões de segurança nacional e a necessidade de garantir (sua efetiva aplicação).

Com este proceder o Governo dos Estados Unidos não só pode modificar o conteúdo ou alcance de suas ações anti-cubanas que são desconhecidas para a opinião pública, garante que partes essenciais de seu Plano para a Anexação de Cuba, fiquem fora de qualquer escrutínio o denuncia. Deixaram livres suas mãos para a aplicação de qualquer tipo de planes e agressões contra o povo cubano. A história é uma testemunha eloqüente da natureza e o alcance deste tipo de ações encobertas dos Estados Unidos contra Cuba, que tem incluído desde uma agressão militar direta, ataques terroristas e tentativas de assassinato a seus principais dirigentes.

À escalada agressiva de pressões econômicas e financeiras contra Cuba desenhadas na primeira versão do Plano para a Anexação de Cuba, soma-se ainda o estabelecimento de novos mecanismos inter-agências para aperfeiçoar a implantação das regulamentações do bloqueio e maximizar seu efeito extraterritorial. Estes mecanismos estão norteados a aprofundar a negativa de acesso aos produtos cubanos não só no mercado estadunidense, mas também no mercado de outros países. Um exemplo claro o constitui a criação de uma Força de Tarefa Inter-agências para a perseguição do níquel cubano, que se estabelece para acrescentar o controle das importações de produtos que contenham esse mineral em sua composição e desalentar o comércio internacional de níquel e cobalto cubanos, ações que se farão acompanhar da adoção de severas sanções contra as pessoas ou empresas que violem estas regulamentações. Deve lembrar-se que o níquel se tem convertido num dos principais bens de exportação da economia cubana.

No primeiro capítulo do relatório, recentemente publicado, reitera-se a recomendação de aplicar rigorosamente as sanções no teor do título IV da Lei Helms-Burton, que proíbe a concessão de vistos para entrar nos Estados Unidos a investidores estrangeiros em Cuba. O novo documento anuncia a aplicação com especial sanha das referidas medidas a empresários que tenham investimentos ou tenham investido

em setores estratégicos para o nosso país como é a perfuração e extração de petróleo, o turismo, o níquel e a produção e comercialização do rum e o charuto.

A irracional escalada na aplicação extraterritorial da política de bloqueio que assegura este segundo relatório, inclui a recomendação de aplicar o título III da Lei Helms Burton aos empresários de aqueles terceiros países que se considere que com suas atividades econômicas ou vínculos com Cuba, estariam apoiando a continuidade do governo revolucionário.

A aplicação deste título – que insta à celebração de julgamentos em cortes norte-americanas contra empresários de terceiros países que realizem negócios com Cuba – se esteve adiando durante anos, como conseqüência da pressão internacional. A colocação manhosa e seletiva da aplicação caso por caso e país por país da referida medida, busca impor o terror mediante a ameaça direta contra empresários e autoridades de governo, cuja política bilateral e multilateral ao respeito de Cuba seria analisada na hora de decidir o início de pleitos em tribunais norte-americanos, que poderiam persegui-los pelo resto de seus dias. Com esta ação, pretende-se ademais dividir à comunidade internacional em sua rejeição ao começo da prática da extraterritorial Lei Helms-Burton, sustento legislativo e antecedente direto do Plano para a Anexação de Cuba.

Com a nova versão de seu plano anti-cubano, que consta de 93 páginas estruturadas em 7 capítulos, o Governo dos Estados Unidos continua ignorando o direito que tem o povo cubano a continuar exercendo seu direito de livre determinação, em virtude do qual, e da própria Carta das Nações Unidas, pode estabelecer livremente seu sistema político e alcançar sem ingerências externas seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

O novo documento apóia e consolida o desenho da imoral e agressiva campanha de diplomacia pública anti-cubana definida desde o primeiro relatório da mal chamada “Comissão para a Assistência a uma Cuba livre”, visando comprometer e subordinar ao cumprimento dos fins de seu projeto de Anexação contra a nação cubana, a seus parceiros, lacaios e organizações internacionais, que não só continuarão servindo de cúmplices a suas espúrias manobras demonistas contra a Revolução Cubana, mas também envolvidas na perseguição das receitas e ativos cubanos no estrangeiro.

A tais efeitos se propõe, entre outras ações:

- Envolver a governos de terceiros países e a organizações internacionais ao rasteio e perseguição dos ativos de Cuba no estrangeiro.
- Convocar novamente ao Grupo de Perseguição de Ativos Cubanos para que identifique vias adicionais para perseguir e interromper as receitas estrangeiras que recebe nosso país, incluindo a identificação dos ativos funcionários cubanos no exterior.

- Criar uma coligação de países que estariam comprometidos no derrubamento do governo cubano. Este objetivo será acrescentado na agenda de relações e conversações bilaterais com aqueles países susceptíveis de serem arrastados em tão ilegítima manobra.

Ao respeito das viagens e o envio de remessas familiares a Cuba, se incluem diversas ações que fortalecem ainda mais as já existentes restrições impostas a cidadãos norte-americanos e a cubanos residentes no território estadunidense para viajar ou enviar a Cuba. Ditas regulamentações, de marcado caráter inumano, além de acrescentar as limitações nas relações intra-familiares e na capacidade de apoio e ajuda mútua que realizam em qualquer cultura os membros de uma família, revelam o desrespeito da Administração Bush pela dignidade e as tradições solidárias do povo cubano.

Com estas medidas, o Governo dos Estados Unidos continua violando o artigo 12 do Pacto Internacional dos direitos civis e políticos, ao respeito da liberdade de viajar às que são merecedoras as pessoas que tem legalizada sua situação em qualquer Estado, sendo este um principio reafirmado pela Assembléia Geral em sua Resolução 59/203, titulada “Respeito do direito a liberdade universal de viajar e importância vital da reunificação das famílias”. Os atuais dirigentes da Casa Branca ignoram igualmente que em sua resolução 60/206 titulada “Medidas para facilitar e reduzir o custo das remessas de fundo dos migrantes”, a Assembléia Geral reconheceu a importância de reduzir o custo das remessas de fundos dos migrantes e que os governos facilitem essas correntes aos países receptores, entre outros, mediante a simplificação dos procedimentos e facilitando o acesso aos meios formais de remessas de fundos.

Entre as medidas adicionais que inclui a nova versão do Plano para a Anexação de Cuba que serviriam ao agravamento das restrições nestas áreas, aparecem as decisões de:

- Emitir uma diretiva às agências encarregadas de aplicar as leis do bloqueio para desenvolver investigações penais, incluídos julgamentos, contra os que violem as Regulamentações de OFAC e particularmente contra os que organizaram ou facilitaram transações de viagens para Cuba sem licença.
- Eliminar o uso de cartões efetivos para as viagens com licença a Cuba.
- Proibir o envio direto de remessas mediante instituições de terceiros países exigindo em troca que todas as remessas sejam enviadas através de agencias de remessas norte-americanas que possuam licenças.
- Aplicar novos critérios para a obtenção de licenças e requerimentos informativos por parte dos provedores de serviços de viagens e de transporte, incluindo o requisito de que ambos os dois possuam uma auditoria financeira independente por

ano.

- Acrescentar também na Lista de Nacionais Essencialmente Nomeados a aquelas companhias que participam em esforços para promover a venda de bens cubanos ou transações de viagens, remessas ou outras sem licenças desde os Estados Unidos para Cuba.
- Com o intuito de impedir a labor solidária e as ações de cooperação protagonizada pelo povo cubano em ajuda a outros povos do mundo, incluídos aqueles que foram afetados por catástrofes e desastres naturais, este relatório proíbe a exportação de equipamentos médicos a Cuba que possam usar-se em missões humanitárias a grande escala. Para Cuba, país em desenvolvimento e bloqueado ao qual não sobram os recursos, a solidariedade e a cooperação internacional significam partilhar aquilo de que dispomos com os mais necessitados, sem pretender recompensa nem retribuição nenhuma. A nova medida anti-cubana dos Estados Unidos resulta incompatível com os mais elementares princípios de humanidade e solidariedade. Em sua cegueira anexionista contra o povo cubano, os Estados Unidos não reparam inclusive no impacto negativo de sua decisão sobre a saúde e a vida mesma de milhões de pessoas de todas as regiões do planeta e, particularmente do Sul.

Em junho de 2006 30 mil 699 cubanos estavam cumprindo missões de cooperação em matéria de saúde em outros países do mundo. A Administração Bush não só impediu ao próprio povo estadunidense – em particular a centos de milhares de vítimas de o furacão Katrina beneficiar-se da ajuda médica cubana, senão que deseja estender esse criminal bloqueio a outros povos do mundo.

A nova versão do Plano para a anexação de Cuba inclui ademais disposições para o reforçamento das restrições estabelecidas às vendas limitadas que o setor de negócios estadunidense realiza a Cuba.

No documento, se recomenda ademais destinar 80 milhões de dólares adicionais em dois anos para o financiamento das companhias internacionais contra Cuba e para o recrutamento e pagamento aos mercenários de sua política anti-cubana, tanto em Miami quanto dentro da ilha. A cifra anterior, ultrapassa em 39 milhões a montante de dinheiro que a própria comissão anti-cubana criada por Bush recomendou destinar dois anos atrás como financiamento adicional às ações voltadas a derrubar a Revolução Cubana e impor um regime neocolonial a seu povo.

O relatório também considera um acréscimo nos fundos e meios para a ilegal e suja guerra radioelétrica contra Cuba, expandindo as transmissões para o nosso país desde terceiros países.

A nova versão do Plano para a anexação de Cuba constitui um passo adicional da Administração Bush para a continuidade de seu perverso objetivo de impor um “cambio

de regime” na Ilha contra a vontade do povo cubano, que poria em perigo a existência mesma da nação cubana. Ratifica entre suas prioridades, as de tirar aos cubanos a propriedade sobre as casas, as terras, privatizar as indústrias e a educação, eliminar a segurança social e derrogar a Constituição.

O documento reitera a mentirosa e hipócrita acusação de que Cuba estaria não estaria cumprindo suas obrigações sob os Acordos Migratórios e recomenda uma serie de esforços diplomáticos contra o Governo cubano. Tentam de ocultar as criminais conseqüências da assassina Lei de Ajuste Cubano e sua resposta negativa às propostas de cooperação bilateral que Cuba lhes apresentou em reiteradas oportunidades tanto em matéria migratória, como no combate ao narcotráfico e o defrontamento ao terrorismo. O Governo cubano ratificou em todo momento sua total disposição para subscrever acordos nessas e outras matérias com o Governo dos Estados Unidos, bem como e debater de forma bilateral qualquer tema sobre a base do mais estrito respeito e apego aos princípios de igualdade jurídica e soberania dos Estados.

A segunda versão do Plano de Anexação contra Cuba resulta coerente com o objetivo histórico perseguido durante as quatro décadas sucessivas das administrações estadunidenses: derrubar o processo revolucionário e restabelecer seu domínio sobre o nosso país.

Através de novas regulamentações que atentam contra os mais elementares direitos humanos do povo cubano e os mais básicos princípios do Direito Internacional, o Governo dos Estados Unidos de América mantém e recrudesce sua genocida política de bloqueio com o intuito de dobregar a inculdicável resistência e determinação de soberania do povo cubano.

CONCLUSÕES

- O dano econômico direto causado ao povo cubano pela aplicação do bloqueio, a partir de cálculos estimados ultrapassou os 86, 108 bilhões de dólares, uma meia de 1832 milhões de dólares por ano. Esta cifra não inclui os danos diretos ocasionados a objetivos econômicos e sociais do país pelas sabotagens e atos terroristas alentados, organizados e financiados desde os Estados Unidos e que ascendem a mais de 54, bilhões de dólares. Também não inclui o valor dos produtos deixados de produzir ou os danos derivados das onerosas condições creditícias impostas a Cuba. O prejuízo ocasionado no último ano ultrapassou os 4 mil 108 milhões de dólares.
- A Administração do Presidente George Bush acrescentou a níveis sem precedentes a agressividade e a hostilidade a Cuba a partir da severa aplicação das leis e

disposições do bloqueio em franca violação dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional e ignorando a vontade expressa de maneira reiterada e quase unânime por parte da comunidade internacional em sucessivas resoluções aprovadas na Assembléia Geral das Nações Unidas.

- O bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba tem ocasionado grandes sofrimentos ao povo cubano e não só viola seus direitos humanos fundamentais, mas também a dos cubanos residentes nos Estados Unidos, os do próprio povo norte-americano e os de cidadãos de terceiros países afetados pela sua aplicação extra-territorial.
- A pesar da firme oposição da comunidade internacional à aplicação extraterritorial do bloqueio, no último ano se tem recrudescido a aplicação de disposições dessa natureza. Uma feroz perseguição e represálias cada dia mais irracionais, perseguem as transações financeiras cubanas ou de empresários que tenham vínculos com Cuba através de bancos em todo o mundo. O permanente acosso a comerciantes e as ameaças e sanções a investidores estrangeiros refletem o despreço das autoridades dos Estados Unidos ao direito e aos tributos de soberania de outros países do mundo.
- O povo cubano não renunciará ao desfrute de seu direito à autodeterminação e continuará avançando a pesar do bloqueio, no aperfeiçoamento da sociedade justa e solidária que decidiu edificar há 47 anos e que oferece sua ajuda amigável e desinteressada a outros povos do mundo, incluído o povo dos Estados Unidos.
- O povo cubano mais uma vez espera contar com o apoio da comunidade internacional, em seu legítimo reclamo de por fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos contra Cuba.